

Nota do Itamaraty critica decisão do BID

BRASÍLIA — O Governo criticou duramente, em nota oficial divulgada ontem pelo Itamaraty, a decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de adiar a concessão de um financiamento de US\$ 350 milhões para o Brasil. O Governo classificou de ilegítimo e inaceitável condicionar as decisões do banco às relações de seus acionistas com os bancos comerciais, ressaltando que tal procedimento coloca em risco o BID como instituição multilateral.

A nota termina dizendo que o País espera que o adiamento seja imediatamente revisto, pois caso contrário as relações financeira do Brasil com o BID e com os países que o integram estariam ameaçadas. O Secretário Geral de Política Exterior, Marcos Azambuja, disse que a decisão imposta pelos Estados Unidos, França, Grã Bretanha, Canadá e Japão não mudará a marcha da renegociação da dívida externa com os bancos privados.

Azambuja informou que convocou os Embaixadores dos cinco países para pedir explicações

sobre a decisão. Na avaliação do Embaixador, o motivo do pedido de adiamento na concessão do financiamento foi exclusivamente político, a fim de forçar o Brasil a chegar a um acordo com os bancos comerciais sobre os atrasados da dívida. Segundo ele, a decisão contradiz as indicações que o Brasil recebeu desses países, de que os empréstimos dos bancos multilaterais de crédito não seriam usados para pressionar os países devedores na negociação de sua dívida externa.

De acordo com Azambuja, o Brasil teve apoio de dez países europeus, entre eles Suíça, Áustria e Bélgica, e dos países da América Latina e Caribe. O Presidente do BID, Enrique Iglesias, fez um pronunciamento contra o adiamento e a favor da liberação. O projeto que teve o financiamento adiado foi sugerido pelo próprio banco logo depois do Plano Collor I. Seu objetivo é criar novos empregos, através de obras de saneamento básico, em áreas críticas de desemprego, motivado pelas medidas de estabilização econômica.